

[http://gsa2.trt4.jus.br/search?
q=cache:yVm4fvH_P0gJ:iframe.trt4.jus.br/nj4_jurisp/jurispnovo.ExibirAcordaoRTF%3FpCodAndamento%3D34075323+inmeta%3ADATA_DOCUMENTO%3A2005-09-08..2010-09-08+++a%C3%A7%C3%A3o+civil+p%C3%BAblica&client=jurisp&site=jurisp&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=jurisp&ie=UTF-8&lr=lang_pt&access=p&oe=UTF-8](http://gsa2.trt4.jus.br/search?q=cache:yVm4fvH_P0gJ:iframe.trt4.jus.br/nj4_jurisp/jurispnovo.ExibirAcordaoRTF%3FpCodAndamento%3D34075323+inmeta%3ADATA_DOCUMENTO%3A2005-09-08..2010-09-08+++a%C3%A7%C3%A3o+civil+p%C3%BAblica&client=jurisp&site=jurisp&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=jurisp&ie=UTF-8&lr=lang_pt&access=p&oe=UTF-8)

Acórdão do processo

0170600-97.2008.5.04.0661 (RO)

Redator:

ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

Data:

08/04/2010 **Origem:**

1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo

EMENTA: RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. O cumprimento, pelo empregador, de obrigações de fazer e não fazer, fixadas em sede de antecipação dos efeitos da tutela deferida em **ação civil pública**, não exime o julgador originário de julgar tais pedidos quando da prolação da sentença de mérito. A decisão de improcedência, nesse caso, equivale a cassar a antecipação dos efeitos da tutela deferida, revelando-se equivocada quando a prova dos autos aponta para a necessidade de condenação. Aplicação do art. 273 do CPC e dos arts 3º e 12 da Lei n. 7.347/85. Recurso provido.

DANOS MORAIS COLETIVOS. As violações sistemáticas do empregador aos direitos sociais, da criança e do adolescente, bem como da legislação trabalhista infraconstitucional referente a tais direitos, e ainda em relação a higiene e segurança do trabalho, configura dano moral coletivo, eis que lesada a esfera moral da coletividade da categoria profissional, configurando atentado ao valor social do trabalho, este de cunho metaindividual. O valor da indenização deve obedecer aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, atendendo às funções punitiva, pedagógica e reparadora, sem comprometer excessivamente o ofensor. Aplicação dos arts. 1º, IV e 7º, XXXIII, da Constituição Federal, bem como do art. 13 da CLT, do art. 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente e do art. 944 do Código **Civil**. Recurso parcialmente provido.

VISTOS e relatados estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO** interposto de sentença proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo, sendo recorrente **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** e recorrido **VALCIR GIORDANI - M.E. E GRASIELI GIORDANI BUENO**.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, inconformado com a sentença de fls. 237-238, proferida pela juíza Cristiane Bueno Marinho, interpõe recurso ordinário nas fls. 243-247, tangendo as seguintes matérias: registro de empregados e respectiva anotação na CTPS, abstenção de aceitar serviços de menores de 16 anos (salvo como aprendizes, a partir de 14 anos), abstenção de empregar menores de 18 anos em trabalhos noturnos, perigosos, insalubres ou penosos, promoção de exames médicos admissionais, periódicos e demissionais ou complementares, com expedição do respectivo atestado de saúde ocupacional, multa para cada descumprimento de cada obrigação em relação a cada trabalhador e indenização por danos morais coletivos.

Com contra-razões da ré nas fls. 251-254, sobem os autos a este Tribunal, para julgamento.

É o relatório.

ISTO POSTO:

1. OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER.

O Ministério Público do Trabalho não se conforma com rejeição de seu pedido de condenação das rés ao cumprimento das obrigações postuladas na exordial (pedidos 5.2.1 a 5.2.4). Argumenta que, tendo sido deferida a antecipação dos efeitos da tutela, imperioso o deferimento da tutela definitiva, sobretudo face ao caráter indubitoso das irregularidades constatadas e ao fato de não terem sido produzidas provas que alterassem tal quadro fático. Afirma que o papel do Parquet, no caso dos autos, é a busca de tutela inibitória, de natureza preventiva, de forma que as rés não venham a praticar novamente as irregularidades constatadas. Sustenta que após terem firmado TAC com o órgão ministerial, as demandadas incidiram novamente nas condutas ilegais atacadas. Entende que com a condenação das rés, nas formas dos itens 5.2.1 a 5.2.4 da exordial, começar-se-á a garantir o cumprimento da legislação trabalhista.

Examina-se.

Trata-se de **Ação Civil Pública**, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, em face das rés, visando ao cumprimento de obrigações de fazer e de não fazer, as quais, segundo a petição inicial, seriam as seguintes:

5.2.1. efetuar o registro, sempre de modo completo, de todos os empregados admitidos (...) bem como observar que, na admissão do empregado, seja obrigatoriamente apresentada a Carteira de Trabalho e Previdência Social, com contra recibo do trabalhador, anotando, no prazo de 48 horas, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver (...) na forma do art. 29, caput, da CLT.

5.2.2. abster-se de empregar ou aceitar qualquer forma de prestação de serviço de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (...)

5.2.3. abster-se de empregar ou aceitar qualquer forma de prestação de serviço noturno, perigoso, insalubre ou penoso de menores de 18 anos (...).

5.2.4. promover exames médicos admissionais, periódicos e demissionais, ou mesmo complementares, seguido da emissão dos respectivos atestados de saúde ocupacional.

O Parquet afirma que as irregularidades chegaram ao seu conhecimento através de Peça de Informação n. 509/03, decorrente da análise do processo n. 00279-2003-661-04-00-0. Informa ter solicitado **ação** do Ministério do Trabalho e Emprego, não tendo os fiscais encontrado menores em serviço, em que pese tenham consignado outras irregularidades relacionadas a segurança e higiene do trabalho. Afirma que em audiência ocorrida em 25.07.2006, a Peça de Informação foi transformada no Inquérito **Civil** Público n. 019/06, tendo sido apresentado às demandadas Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o qual também se relacionava a segurança e higiene do trabalho. O expediente foi convertido na Verificação de Cumprimento de TCAC n. 018/08-1, tendo havido na fiscalização pelo MTE e sido constatado o descumprimento de duas obrigações constantes do TCAC, o que ensejou a Execução de Termo de Ajuste de Conduta n. 01687-2008-661-04-00-3. Afirma que na segunda fiscalização, foram constatadas as irregularidades objeto da presente demanda. Sustenta que as rés formam grupo econômico, haja vista não apenas o vínculo de parentesco entre os sócios das rés, mas também o compartilhamento do mesmo espaço físico, dos mesmos equipamentos e da mesma força de trabalho. Postula a antecipação dos efeitos da tutela a fim de ver sanadas as irregularidades constatadas.

Na contestação, as rés afirmam que os registros e anotações dos contratos dos empregados estão regularizados, que a única pessoa com idade inferior a 16 anos presente no local, quando da autuação, era parente de um funcionário, não havendo falar em trabalho eventual, e que realiza os devidos exames médicos ao longo do contrato de trabalho.

A sentença de antecipação dos efeitos da tutela, (fls. 225-226) é no sentido da verossimilhança do direito alegado, havendo fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, deferindo os pedidos 5.2.1 a 5.2.4 da exordial mas não a multa por descumprimento de cada obrigação em relação a cada empregado, em cada constatação, não tendo havido qualquer insurgência das partes.

Na sentença de fls. 237-238, o entendimento da magistrada é o seguinte:

(...) Inicialmente, verifico ser incontroverso o fato de que no período em que autuada pelo Ministério do Trabalho, fls. 47/72, a empresa descumpriu obrigações trabalhistas básicas, as quais já foram satisfeitas e não há notícia de descumprimento recente. Quanto a este aspecto, na manifestação da parte autora não há alegação de descumprimento das obrigações postuladas, ou, mesmo que o mandado de antecipação de tutela tenha sido descumprido, conforme se vê na manifestação da fl. 234 do Ministério Público.

Portanto, já cumpridas as obrigações postuladas nos itens 5.2.1. a 5.2.5, pelo que se depreende da manifestação da parte autora, em relação a estas houve perda do objeto, impondo-se a extinção do processo sem julgamento de mérito, com base no inciso VI do art. 267 do CPC. (...)

A sentença merece reforma.

Segundo o art. 3º da Lei n. 7.347/85, a **ação civil** poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. Consoante, ainda, o art. 12 da referida lei, poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.

Dispõe o art. 273 do CPC, invocado na sentença de antecipação dos efeitos da tutela:

Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

(...)

§ 3º A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A

Sinale-se o disposto no art. 461 do CPC, de aplicação subsidiária à **ação civil pública**, por força do art. 19 da Lei n. 7.347/85:

Art. 461. Na **ação** que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

(...)

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

O Parquet ajuizou a presente demanda com o intuito de obter desta Justiça Especializada a condenação da ré ao cumprimento de obrigações de fazer e de não fazer, constantes dos pedidos 5.2.1 a 5.2.4 da exordial, postulando a antecipação dos efeitos da tutela com base no art. 461, § 3º do CPC, no art. 84, § 3º, do CDC (por analogia) e na Lei Complementar n. 75/93, entendendo inadequada a aplicação do art. 273 do CPC, eis que tal dispositivo referir-se-ia a antecipação dos efeitos da tutela em processo individual.

Em que pese careça de embasamento e não se compartilhe da alegação do Ministério Público do Trabalho quanto à inaplicabilidade do art. 273 do CPC à presente **ação civil pública**, haja vista o disposto no art. 19 da Lei n. 7.347/85, observa-se carecer de amparo lógico o julgamento de improcedência na sentença recorrida .

O juízo da origem, em que pese tenha deferido os pedidos, nas fls. 225-226, em caráter de antecipação dos efeitos da tutela, calcando suas razões de decidir no art. 273 do CPC, deixou de deferir a tutela em caráter definitivo, julgando improcedente a **ação civil pública**. Entendeu que a comprovação do cumprimento da tutela antecipada, pelas rés, bem como a ausência de manifestação posterior do Órgão Ministerial, resultou em perda de objeto da **ação**, o que atrairia a aplicação do art. 267, VI, do CPC. Em suma, entendeu que por satisfeita a obrigação postulada, não caberia emitir julgamento de mérito.

Equivocado o entendimento da origem, eis que do cumprimento da medida deferida em sede de antecipação dos efeitos da tutela não resulta a perda do objeto da **ação**, tampouco qualquer das hipóteses do art. 267, VI, do CPC.

OVÍDIO BAPTISTA DA SILVA, discorrendo sobre a antecipação dos efeitos da tutela em seu Curso de Processo **Civil**: processo de conhecimento, volume 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, afirma o seguinte:

O legislador da reforma, ao redigir o art. 273, dispôs sobre a possibilidade de o juiz antecipar os efeitos, entendidos estes como as conseqüências geradas pela sentença que acolher o pedido formulado pelo autor, o que é diferente da faculdade eventualmente concedida ao juiz de, em vez de efeitos, antecipar julgamento, proferindo sentença liminar de mérito. Na verdade, evitou o legislador aludir à antecipação dos efeitos da sentença de procedência. Mas é evidente que antecipar “efeitos da tutela pretendida pelo autor” corresponderá sempre a antecipar efeitos da sentença de procedência. (Pág. 134)

Parece evidente que o legislador procurou inserir essa forma de antecipação, não da tutela, mas dos efeitos da tutela - a sugerir que tutelar é apenas declarar a procedência (...) (pág. 135)

Mesmo que as medidas antecipatórias do art. 273 não sejam necessariamente liminares, serão sempre antecipações dos efeitos de uma sentença satisfativa, portanto realização provisória dos eventuais efeitos da sentença de procedência. (pág. 135)

OVÍDIO BAPTISTA DA SILVA já alertava, em seu Curso de Processo **Civil** - Processo Cautelar (Tutela de Urgência) - Volume 3. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000, para a relação entre a satisfatividade e a definitividade da decisão:

Nosso entendimento do que seja a satisfação de um direito toma este conceito como equivalente à sua realização concreta e objetiva. Satisfazer um direito, para nós, é realizá-lo concretamente no plano das relações humanas. (pág. 38)

(...)

O equívoco em que incide a doutrina, de tratar tudo o que é provisório como cautelar, identificando a satisfatividade com a definitividade do julgamento final de mérito, presta homenagem ao mais requintado normativismo jurídico, para o qual as consequências fáticas - mesmo sendo definitivas e satisfativas do interesse da parte - não “satisfazem juridicamente” a pretensão. Só o julgamento definitivo poderá, para essa doutrina, ter caráter satisfativo. (pág. 48)

Ora, ao deferir a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 225-226) o Juízo, calcado em verossimilhança e em fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, acolheu o pedido do Parquet quanto às obrigações de fazer ou não fazer (pedidos 5.2.1 a 5.2.4) todavia não se desobrigou de emitir decisão de mérito sobre eles. Antecipar os efeitos da decisão de mérito, certamente não consiste em emitir decisão de mérito sujeita a recurso ordinário e aos efeitos da coisa julgada, ainda que a medida seja satisfativa em relação aos pedidos formulados na exordial. Isto é, na sentença, deveria o juízo ter mantido ou afastado as obrigações de fazer ou não fazer acolhidas nas fls. 225-226. O julgamento de improcedência nas fls. 237-238, equivaleu, assim, à rejeição da tutela postulada na exordial pelo Ministério Público do Trabalho, cujos efeitos foram antecipadamente deferidos nas fls. 225-226. Na prática, atendo-se à técnica, observa-se que, na realidade, o Juízo da origem indeferiu a totalidade dos pedidos da petição inicial.

Entretanto, a sentença de improcedência merece reforma, eis que incontroversa, nos presentes autos, a inobservância, por parte das rés, da legislação trabalhista. Isto posto, decide-se:

a) Anotação da CTPS dos empregados e registro dos trabalhadores

Segundo o caput do art. 29 da CLT, a Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. Ainda, segundo o caput do art. 41 da CLT, em todas as atividades será obrigatório para o empregador o registro dos respectivos trabalhadores, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. Incontroverso, nos presentes autos, que as rés deixaram de proceder tanto as anotações nas CTPS dos empregados como também que não registraram os trabalhadores. O despacho que reconsidera a determinação de arquivamento do Inquérito **Civil** 019/2006 data de 08.01.2008. Na oportunidade, foi solicitada nova fiscalização ao MTE, cujas apurações ensejaram a presente **ação civil pública**. Observa-se, pelos documentos de fls. 47-72, que a constatação das irregularidades ocorreu entre julho e outubro de 2008. Por outro lado, as provas trazidas pelas rés no sentido da ausência de irregularidades em relação ao registro de empregados e anotações da CTPS (fls. 114, 117, 120, 122, 124, 125, 137, 140-142, 144, 147 e 149-150) dizem respeito ao mesmo período, evidenciando que as irregularidades somente

foram sanadas a partir da visita dos fiscais do trabalho. Assim sendo, em que pese não haja notícia de descumprimento da decisão de fls. 225-226, impõe-se a condenação das rés, de forma a tornar efetiva aquela medida, a efetuarem o registro completo de todos os empregados, devendo observar que, na admissão do empregado, seja apresentada a CTPS do mesmo, com contra recibo do trabalhador, procedendo-se as anotações de admissão, remuneração e eventuais condições especiais em 48 horas.

b) Prestação de serviços de trabalhador menor de 16 anos, não aprendiz.

Segundo o caput do art. 227 da Constituição Federal, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O inciso XXXIII do art. 7º da Carta Maior determina ser direito dos trabalhadores a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Tal determinação foi reforçada no art. 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ora, em que pese a defesa das rés seja no sentido de que o menor encontrado pelos fiscais era parente dos sócios, a prova dos autos aponta em sentido contrário. Inicialmente, cabe referir que o parentesco não tem o condão de afastar direitos fundamentais sacramentados. Ademais, no relatório da **ação** fiscal do MTE (fl. 56) constatou-se que RENATO GIORDANI MULLER, o menor de 13 anos encontrado pelos fiscais, era auxiliar de produção e empilhava sarrafos dentro da área de beneficiamento de madeira, verificando-se a reincidência das rés em empregar crianças e adolescentes.

Assim sendo, cumpre reformar a sentença da origem para condenar as rés na determinação de que se abstenham de empregar ou aceitar qualquer forma de prestação de serviço de menores de 16 anos, salvo como aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos legais e constitucionalmente permitidos.

c) Prestação de serviços de trabalhador menor de 18 anos em condições insalubres

Em sua defesa, as rés sequer contestam a constatação dos fiscais do trabalho (fl. 57) de que mantinham JOELSON DE SOUZA DOS SANTOS, menor de idade, em atividade de beneficiamento de madeiras e sem EPIs, exposto a riscos ocupacionais, bem como de que o posterior “Contrato de Aprendizagem para Menores” firmado com o menor, era irregular. A vedação de trabalho em condições insalubres para menores de 18 anos encontra-se prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, acima referido.

Incontrovertidas, portanto, as constatações da fiscalização, impõe-se o deferimento do pedido formulado pelo Parquet, oportunidade em que se reforma a sentença da origem para condenar as rés a se absterem de aceitar a prestação de serviços de menores de

18 anos em condições de insalubridade, periculosidade, penosidade ou em serviços noturnos.

d) Exames médicos admissionais, demissionais, periódicos e complementares, com emissão do atestado de saúde ocupacional

Determina o art. 168 da CLT que será obrigatório exame médico, por parte do empregador, nas condições estabelecidas neste artigo e nas instruções complementares a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho: I - na admissão; II - na demissão; III - periodicamente. A contestação das rés é no sentido de que realizam os exames admissionais e demissionais. Alegando fato impeditivo do direito vindicado pelo Órgão Ministerial, cabia à ré o ônus da prova, a rigor do que dispõe o art. 333, I, do CPC, do qual não se desincumbiu satisfatoriamente, eis que não juntou os referidos exames médicos, tampouco os atestados de saúde ocupacional. Apenas trouxe aos autos o PCMSO de fls. 179-191 e o PPRA de fls. 192-199 e fls. 202-209, os quais não têm o condão de comprovar a realização dos exames e a emissão dos atestados. Assim sendo, reforma-se a sentença da origem, para condenar as reclamadas a promoverem os exames médicos admissionais, demissionais e periódicos, bem como eventuais exames complementares solicitados por médico, em relação a cada empregado, seguidos da emissão do respectivo atestado de saúde ocupacional.

Recurso ordinário do Ministério Público do Trabalho ao qual se dá provimento, no aspecto.

2. MULTA COMINATÓRIA

O Ministério Público do Trabalho não se conforma com o fato de não ter sido deferida a multa de R\$ 500,00 por cada descumprimento, em relação a cada irregularidade verificada e no que tange a cada trabalhador. Entende que as rés somente abandonarão sua postura recalcitrante no cumprimento da legislação trabalhista se fixada a referida multa, sob pena de continuidade das violações praticadas.

Examina-se.

Na petição inicial, o Parquet postula o pagamento da referida multa sob os mesmos fundamentos de seu apelo.

Na contestação, as rés apenas afirmam que os registros e anotações dos contratos dos empregados estão regularizados, que a única pessoa com idade inferior a 16 anos presente no local, quando da autuação, era parente de um funcionário e que realiza os devidos exames médicos ao longo do contrato de trabalho.

Na sentença de antecipação dos efeitos da tutela, (fls. 225-226), deferiram-se os pedidos 5.2.1 a 5.2.4, liminarmente, mas sem a fixação de multa em caso de descumprimento.

Na sentença de fls. 237-238, a justificativa da magistrada para o indeferimento da multa está no fato de que apesar de constatadas as irregularidades apontadas pelo Órgão

Ministerial, as mesmas já foram sanadas, não havendo notícia de descumprimento daquela decisão.

Com razão em parte o Parquet.

Ao contrário do apurado pela magistrada da origem, o cumprimento integral das determinações da decisão por ela proferida não se encontra provado nos presentes autos, apenas inexistindo notícia de descumprimento por parte do Ministério Público do Trabalho. Cite-se como exemplo o não atendimento em relação aos exames médicos dos trabalhadores.

Já foi referido acima o teor do caput do art. 461 do CPC, no sentido de ser autorizado ao magistrado, em ações de cumprimento de obrigações de fazer ou não fazer, a determinação de providências que assegurem o resultado prático equivalente ao adimplemento. Dispõe o § 4º do referido artigo:

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.

ARAKEN DE ASSIS, in Manual do Processo de Execução 8ª ed., Editora RT, p. 158 e 159, leciona:

Ademais, o termo 'sentença', empregado no art. 584, I, se mostra passível de exegese compreensiva. Também acórdãos (art. 163) - e principalmente eles, em decorrência da invariável interposição de apelação pelo vencido; aliás, poucas sentenças transitam em julgado no primeiro grau -, que substituem a sentença na parte impugnada (art. 512), se alçam a condição de título executivo (...). De modo igualmente liminar, mediante decisão interlocutória, obrigação de fazer comporta execução específica (art. 461, §3º) e, outrossim, prestação para entrega de coisa (art. 287 c/c art. 461, §5º, na redação da Lei 10.446/2001). Na própria execução, certas decisões, porque condenatórias, assumem eficácia de título executivo (arts. 695, §3º, e 701, §2º). Com isto, se evidencia que decisões interlocutórias, principalmente sob a forma de liminares, franqueiam acesso à execução forçada. (grifou-se)

Efetivamente, tem razão o Ministério Público do Trabalho, quando afirma a possibilidade de aplicação de astreintes em **ação civil pública** para evitar os danos futuros, isto é, que a conduta ilícita continue a se repetir. Diga-se que os objetivos das ações individual e coletiva são diferentes. A primeira visa ao resguardo do direito individual do acionante. A segunda, por sua vez, de âmbito mais abrangente, visa não só à punição do empregador, recompondo-se o dano já havido, mas também é proposta para evitar comportamentos ilícitos futuros, isto é, procura corrigir a conduta do empregador, para que cessem as lesões, evitando a propositura de um grande número de ações individuais; enfim, pode a **ação** coletiva representar, além de uma tutela ressarcitória, uma espécie de tutela inibitória.

Essa é a lição de JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, in **Ação Civil Pública** comentários por artigo. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1995, p. 48:

Quando a **ação civil pública** é voltada para a obtenção de providência jurisdicional em que se determina ao réu uma obrigação de fazer ou não fazer, a tutela perseguida terá nítido caráter preventivo. Na verdade, esta é a tutela que maior efetividade protetiva traz aos interesses difusos e coletivos resguardados, podendo-se mesmo afirmar, como José Carlos Barbosa Moreira, que esta é que deve ser a tutela primária, ao passo que a indenizatória há de ter cunho subsidiário, só necessária quando não houver mais qualquer meio de evitar o dano aos interesses protegidos. Esse entendimento foi, aliás, adotado pela Lei nº 8.078/90, o Código de Defesa do Consumidor, no art. 84 e seus parágrafos, aplicáveis à **ação civil pública** ex vi do art. 21 da Lei nº 7.347/85

A situação descrita nos autos não comporta dúvidas. A reclamada é infratora contumaz da legislação trabalhista. Noticiada a ocorrência de trabalho de menores nas dependências das rés, foi realizada fiscalização pelo MTE. No relatório de fiscalização de 07.04.2006 (fls. 25-31) em que pese não encontrados menores trabalhando nas dependências das rés, foram constatadas diversas irregularidades as quais, embora não sejam objeto da presente demanda, sinalizam para o pouco caso que as rés fazem até mesmo das mais elementares normas de higiene e segurança do trabalho. Instaurado o Inquérito **Civil** 019/06, foi firmado em 25.07.2006 o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta de fls. 40-42. Em nova fiscalização realizada em 08.10.2008 (relatório nas fls. 47-60) foram constatadas não apenas a permanência de algumas irregularidades apuradas na primeira fiscalização, mas também as constantes da exordial dos presentes autos. As rés, mesmo após audiência realizada no Ministério Público do Trabalho e assinatura do TCAC, desdenharam das normas trabalhistas, preferindo a menor onerosidade da atividade empresarial, ainda que ao arrepio de normas legais e constitucionais atinentes à proteção dos trabalhadores e dos menores, às expensas dos mesmos. Por certo, acreditaram que nada lhes aconteceria, iludidas pelo mito da impunidade e do descaso.

Não pode o Poder Judiciário, compactuar com o descumprimento contumaz da legislação trabalhista. Isso porque já vai longe o tempo em que cumpria ao juiz ser “a boca da lei”, limitado ao “iuris dicere” - dizer o direito, como conceituavam os romanos. Hoje, a dinâmica da vida exige do julgador uma postura mais proativa, garantindo não apenas uma interpretação que atente aos fins sociais da norma e ao bem comum, mas agindo de forma a garantir a força normativa da tutela deferida, a qual se consubstancia no efetivo cumprimento das decisões. Somente assim contribuirá o julgador para a paz social, finalidade de qualquer ordenamento jurídico.

Assim sendo, é imperativa a fixação de multa diária por descumprimento das obrigações de fazer e não fazer. Todavia, considerando não apenas a gravidade das infrações constatadas, mas também o porte das demandadas, entende-se excessiva a fixação da quantia de R\$ 500,00 em relação a cada irregularidade futuramente apurada. Entende-se que o valor de R\$ 250,00, para cada constatação de irregularidade em relação a cada trabalhador, desestimula o descumprimento da decisão e atende à

finalidade punitiva, caso descumprida, coadunando-se, dessa forma, com o princípio da razoabilidade.

Assim sendo, dá-se provimento parcial ao apelo do Ministério Público do Trabalho, para fixar multa de R\$ 250,00 em caso de descumprimento de cada obrigação deferida no presente julgado, em relação a cada trabalhador e a cada constatação.

3. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS

O Ministério Público do Trabalho não se conforma com o indeferimento de seu pedido de indenização por danos morais coletivos. Argumenta que o valor da indenização é requerido em razão das condutas praticadas pelas rés contra os interesses coletivos dos empregados que para elas trabalham, bem como contra os interesses difusos da sociedade. Afirma que as irregularidades são graves, entendendo que o valor postulado (R\$ 100.000,00) não é exorbitante, atendendo à função punitiva, pedagógica e reparadora do instituto, devendo ser revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Examina-se.

Na petição inicial, o Parquet agrega aos argumentos já constantes do apelo, a alegação de que houve violação constitucional clara, inclusive quanto a direitos sociais mínimos dos trabalhadores. Entende que, no caso dos autos, as rés atuam de forma conjunta com vista a tumultuar as relações laborais. Afirma que, no caso em tela, a responsabilidade é objetiva.

Na contestação, as rés negam qualquer dano aos interesses difusos e coletivos. Afirmam que todos os trabalhadores passaram por exames médicos admissionais e tiveram a CTPS anotada, cumprindo com todos os termos do Termo de Ajustamento de Condutas. Entendem excessiva e lesiva ao empreendimento a quantia de R\$ 100.000,00, postulada pelo Parquet. Afirmam já ter sido encaminhada, administrativamente, a baixa da segunda ré, de forma a não gerar dúvidas quanto à alegada unicidade das atividades. Afirmam não haver prova dos pressupostos para uma indenização por dano moral.

Na sentença de fls. 237-238, assim entendeu a magistrada:

(...) Por outro lado, o pedido de indenização por danos morais coletivos não restou configurado nos autos, pois o inadimplemento, desacompanhado de atos que representem afronta aos direitos da personalidade, não enseja o dano moral, porque o empregado poderá buscar o cumprimento da obrigação patronal por meio de **ação** judicial. De fato, a situação relatada na petição inicial não faz presumir o dano moral pelo próprio fato (in re ipsa), sendo necessária a demonstração de que a sua honra e dignidade efetivamente foram maculadas. (...)

Com razão em parte o Órgão Ministerial.

De acordo com a Constituição de 1988, art. 1º, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros,

a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho (art. 1º, III e IV). A ordem econômica encontra apoio na valorização do trabalho (art. 170) e a ordem social está fundada no primado do trabalho (art. 193). O dano moral coletivo in casu decorre do fato de que a conduta das rés importou violação de tais valores.

XISTO TIAGO DE MEDEIROS NETO, em Dano Moral Coletivo: fundamentos e características, artigo publicado na Revista do Ministério Público do Trabalho, ano 12, n. 24, setembro de 2002, leciona, com base na doutrina do argentino Gabriel A. Stiglitz:

Na organização social, fácil é ver, sobressaíram-se valores aceitos e compartilhados pela coletividade (em toda a sua extensão, ou representada por segmentos menores: grupos, categorias ou classes de pessoas), tidos como de considerável relevância na órbita comunitária, cujo respeito passou a ser reivindicado e exigido.

A teoria da responsabilidade **civil**, dessa forma, de início voltada para a composição de danos materiais e morais no âmbito individual e privado, “vem sendo utilizada para a proteção de bens da coletividade como um todo, ou de valores por ela reconhecidos como relevantes”. (pág. 82)

O mesmo autor, citando Marco Antonio Marcondes Pereira (Dano moral coletivo, 2ª Ed., pg. 127) quanto ao fato de a coletividade ser dotada de esfera patrimonial, assim pontua:

Da mesma forma como é detectável um patrimônio mínimo da pessoa humana individualmente considerada, pode-se afirmar ser detectável um patrimônio mínimo a ser protegido para toda a coletividade. (...) É a existência de um patrimônio coletivo, não suscetível de disposição negocial ou renúncia, desemboca na aceitação de que há direitos coletivos fora da esfera econômica que, embora não se possam designar direitos da personalidade, merecem ser tratados como tal (...) (grifou-se)

JOÃO CARLOS TEIXEIRA, em Dano moral coletivo na relação de emprego, in Temas Polêmicos de Direito e Processo do Trabalho, pág. 123, define no seguinte sentido o dano moral coletivo no mundo do trabalho:

(...) a injusta lesão a interesses metaindividuais socialmente relevantes para a coletividade (maior ou menor), e assim tutelados juridicamente, cuja ofensa atinge a esfera moral de determinado grupo, classe ou comunidade de pessoas ou até mesmo de toda a sociedade, causando-lhes sentimento de repúdio, desagrado, insatisfação, vergonha, angústia ou outro sofrimento psico-físico. (...)

JOSÉ AFFONSO DALLEGRAVE, em Responsabilidade **Civil** no Direito do Trabalho, LTr, São Paulo, 2008, p. 172, leciona o seguinte sobre o dano moral coletivo:

Considerando que para nós o conceito de dano moral é aquele que se caracteriza pela simples violação de um direito de personalidade, o chamado dano moral coletivo é aquele que decorre da ofensa do patrimônio imaterial de uma coletividade, ou seja, exsurge da ocorrência de um fato grave capaz de lesar o direito de personalidade de um grupo, classe ou comunidade de pessoas e, por conseguinte, de toda a sociedade em potencial.

No caso em tela, o agir das rés, uníssono em relação a diversos trabalhadores encontrados em suas dependências, não demonstra apenas o desrespeito aos direitos trabalhistas de um empregado específico, mas sim à própria coletividade dos mesmos. Evidencia o desapareço, por parte das rés, o valor social do trabalho, fundamento da República, segundo o art. 1º, IV, da Carta Constitucional.

Deixando de cumprir a legislação no que se refere ao registro dos empregados e à anotação da CTPS dos mesmos, as rés ignoraram o aspecto protetivo de tais procedimentos. A CTPS, instituída pelo Decreto n. 21.175/32, posteriormente regulamentada pelo Decreto n. 22.035/32, é documento obrigatório para quem preste trabalho com vínculo de emprego, segundo o art. 13 da CLT, eis que reproduz, em seus registros, a vida funcional do trabalhador, garantido o acesso do empregado a seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Deixando de cumprir o art. 168 da CLT no que se refere aos exames médicos e atestados de saúde ocupacional, as rés despreocuparam-se em relação à saúde de seus empregados, mirando apenas os bônus da atividade. Isso porque a norma violada representa garantia de respeito aos limites fisiológicos dos trabalhadores. Vem na esteira de que, em atividades desenvolvidas por conta alheia, o indivíduo não abandona a sua condição humana para se tornar mero fator de produção. Ainda é ser humano, somente podendo desenvolver potencialmente sua atividade em todas as esferas de sua personalidade contando com boa saúde. Isso ganha mais relevância ainda na atividade desenvolvida pelas rés, na qual é grande o risco de acidentes e usual o labor em condições insalubres. Mas as rés ignoram os limites legais, aceitando, mesmo em condições insalubres, o trabalho de menores de 18 anos, hipótese vedada pelo art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, haja vista tratar-se de indivíduo ainda em desenvolvimento.

E o descaso em relação à própria figura do trabalhador não parou por aí. As rés aceitaram, sem pudores, o labor de menor de idade, evidenciando que para os empreendedores, o trabalhador não passa de fator de produção, simples meio para o alcance dos louros da atividade empresarial. Não se ignora o valor que tem a experiência profissional. Entretanto, um adolescente de 13 anos, recém saído da infância, tem o direito de dedicar-se apenas aos estudos, ao desenvolvimento de sua personalidade, sociabilidade e cultura, fatores estes de suma importância para a formação de um indivíduo sadio fisicamente e emocionalmente. Ainda não possui maturidade para lidar com um ofício. Esse é o espírito que emana do art. 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse ponto, as rés não violam apenas os direitos inerentes aos trabalhadores, mas também os que relativos a infância e a adolescência.

Neste contexto, discorda-se da sentença da origem no que se refere ao argumento da magistrada a quo de que o empregado poderá buscar individualmente a reparação moral, eis que as violações não lesaram apenas o grupo de empregados das rés, mas o próprio valor social do trabalho para sociedade brasileira.

Discorda-se também quanto ao argumento de que necessária a comprovação de mácula à hora e à imagem dos empregados, eis que a violação se deu em relação à coletividade da categoria profissional e à própria sociedade. A decisão que reconhece os danos morais, no caso presente, visa a compensar no plano jurídico o desequilíbrio social e individual causado pela abusiva conduta das rés.

Não somente se trata da violação a direitos de personalidade individuais, mas também de caráter coletivo, devendo a condenação compreender o simbolismo que ela representa em face da conduta irregular praticada pelas empresas.

Nesse sentido, há que se considerar os parâmetros para fixação da reparação por danos morais.

Evidente que a Lei **Civil** não traz ao juiz parâmetros precisos senão que enunciados vagos, amplos, conceitos jurídicos indeterminados que devem ser preenchidos pelo juiz, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando as peculiaridades do caso concreto.

Precisamente, o parágrafo único do artigo 944 do Código **Civil** Brasileiro transfere outra ordem de poderes ao juiz na fixação dos danos em face das circunstâncias do caso concreto e obedecendo a princípios de equidade, de acordo com a gravidade da conduta, bem assim a profundidade e extensão das conseqüências danosas.

Releva mencionar também as funções desempenhadas pela responsabilidade **civil**: reparar, compensar a vítima, além de punir o agressor e dissuadi-lo a cometer novos ilícitos. Nesse contexto, entende-se excessiva a quantia postulada pelo Ministério Público do Trabalho (R\$ 100.000,00) eis que as rés não teriam como cumprir com a obrigação. Entende-se em consonância com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade a condenação das rés ao pagamento de indenização no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) quantia que atente ao aspecto punitivo, pedagógico e reparador. O valor deverá reverter para o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) tal como requerido na exordial.

Assim sendo, dá-se provimento parcial ao recurso ordinário do Parquet para condenar as rés, solidariamente, ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) cujo valor será revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Recurso provido parcialmente.

4. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Incontrovertida a confusão entre as rés, admitida pelas mesmas na contestação (fl. 89). Em que pese tenham compartilhado do mesmo espaço, mesmo maquinário e mesma

força de trabalho, ambas constituem pessoas jurídicas diversas. Contudo, o argumento das rés, na contestação, de que a existência de duas pessoas jurídicas se deu em função da necessidade de diversificar o ramo de atuação, atrai a configuração de grupo econômico, conforme o art. 2º, § 2º, da CLT.

Assim sendo, considerando o disposto no referido dispositivo do texto consolidado, declara-se a responsabilidade solidária das demandadas pela condenação fixada na presente decisão.

Ante o exposto,

ACORDAM os Magistrados integrantes da 8ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: **por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso ordinário do Ministério Público do Trabalho para condenar as rés, solidariamente: a) a efetuarem o registro completo de todos os empregados, devendo observar que, na admissão do empregado, seja apresentada a CTPS do mesmo, com contra recibo do trabalhador, procedendo-se as anotações de admissão, remuneração e eventuais condições especiais em 48 horas; b) a se absterem de empregar ou aceitar qualquer forma de prestação de serviço de menores de 16 anos, salvo como aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos legais e constitucionalmente permitidos; c) se absterem de aceitar a prestação de serviços de menores de 18 anos em condições de insalubridade, periculosidade, penosidade ou em serviços noturnos; d) a promoverem os exames médicos admissionais, demissionais e periódicos, bem como eventuais exames complementares solicitados por médico, em relação a cada empregado, seguidos da emissão do respectivo atestado de saúde ocupacional; e) ao pagamento de multa de R\$ 250,00 em caso de descumprimento de cada obrigação determinada no presente julgado, em relação a cada trabalhador e a cada constatação; f) ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) cujo valor será revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. Valor da condenação fixado em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e custas fixadas em R\$ 600,00 (seiscentos reais), para os fins legais, revertidas às reclamadas.**

Intimem-se.

Porto Alegre, 8 de abril de 2010 (quinta-feira).

DES.ª ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

Relatora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO